

# **Manuela Mendonça: ser professor é exercer uma profissão exigente em contextos de grande complexidade**



## É necessário perspectivar um sindicalismo de visão ampla

**Num contexto de globalização económica e de reforço das políticas neoliberais, faz sentido falar de “movimento sindical”? Os sindicatos não estarão condenados ao esvaziamento?**

Creio que não só faz todo o sentido, como se revela cada vez mais insubstituível o espaço ocupado pelas organizações sindicais no combate às políticas neoliberais. Todas as iniciativas de resistência e combate ao neoliberalismo vigente, do local ao global, contam sempre, no primeiro plano, com organizações sindicais fortes, prestigiadas e combativas.

**Nesta perspectiva, o que é *ser sindicato* hoje? Os sindicatos devem limitar-se à acção reivindicativa?**

Entre os muitos desafios que esta globalização nos coloca, está, precisamente, a necessidade de perspectivar um sindicalismo de visão ampla, que, não abandonando a atenção, a acção e a luta em torno das questões nucleares ligadas às matérias sócio-profissionais, seja capaz de intervir noutros planos, nomeadamente sendo firmes e propositivos na definição das políticas, globais e sectoriais, intervindo no sentido de ser ouvida e respeitada a voz dos trabalhadores, que é a dos seus sindicatos representativos.

Ser sindicato hoje é, antes de tudo, ter a percepção das ligações e interacções que se registam ao nível político, como única forma de compreender as políticas sectoriais para agir no sentido da correcção dos seus eventuais desvios e erros.

**Face à crescente ofensiva dos governos relativamente aos trabalhadores em geral, e aos sindicatos em particular, em que medida a aferição da representatividade das organizações pode funcionar como garante dos direitos sindicais, nomeadamente à negociação colectiva?**

A medição da representatividade tem, efectivamente, que garantir direitos mais amplos aos sindicatos e um alargamento do seu campo de intervenção e de negociação. De facto, embora a Constituição consagre o direito de as associações sindicais participarem na elaboração da legislação do trabalho, o que se tem verificado é uma participação estritamente formal, sendo chamadas apenas para se pronunciarem sobre propostas já elaboradas, às quais, na melhor das hipóteses, só conseguem introduzir alterações pontuais e secundárias.

Neste contexto, o papel dos sindicatos acaba por ser o de comentar a legislação, o que fica muito aquém da participação na sua elaboração. Isso implicaria que fossem chamados a intervir no agendamento das questões e na definição dos tempos.

De qualquer forma, a necessidade de aferição da representatividade tem grande pertinência em sectores profissionais onde existe uma pulverização de organizações, como o nosso. Nestes casos, a clarificação do peso relativo dos vários sindicatos permite saber quem representa efectivamente os trabalhadores, contribuindo para uma maior transparência dos processos negociais. +



Ana Alvim

## Escola Pública de Qualidade é essencial à democracia

**O “ECD do ME” configura um atentado à dignidade profissional e social dos docentes, mas o facto é que a sua regulamentação está em curso. O que é que eles podem esperar deste processo? E da Fenprof?**

Acho que, desde logo, os educadores e professores devem acreditar que a intervenção dos sindicatos neste processo pode vir a impedir desenvolvimentos ainda mais gravosos de alguns princípios que o ECD consagra.

Veja-se a regulamentação do concurso para professor titular, em que o ME apresentou um primeiro projecto que, entre outras coisas, limita a vida profissional dos professores, para apreciação curricular, aos últimos 6 anos, estabelece uma pontuação mínima para acesso inatingível para a esmagadora maioria dos docentes e penaliza todas as faltas e licenças, independentemente da sua natureza. Aos sindicatos cabe contestar e denunciar publicamente o absurdo destas propostas, e até a sua inconstitucionalidade, para que o ME se sinta pressionado a corrigi-las.

Mas o que eu gostava de sublinhar é que o essencial deste estatuto não se joga na regulamentação. Joga-se na continuação da recusa, pelos professores, de um estatuto de carreira que representa a desqualificação material, profissional e social da profissão, e que, a prazo, comprometerá de forma decisiva a qualidade da Escola Pública.

Da Fenprof, os educadores e professores podem continuar a esperar determinação na luta por um Estatuto compatível com a importância social da função que desempenham e firmeza na defesa dos seus interesses. Que, ao contrário da ideia que o Governo tem tentado passar, não são inconciliáveis com os interesses dos alunos e das escolas.

**Atendendo à forma como foi “negociada” a revisão do ECD, o que esperar da revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, que deve estar na calha?**

Na verdade, a postura arrogante e prepotente que o ME assumiu na revisão do ECD não augura nada de bom relativamente a processos futuros. Por isso, é possível e provável que, no âmbito da revisão da Lei de Bases, nos venhamos a confrontar com a necessidade de lutar contra algumas propostas que o Governo venha a apresentar, nomeadamente, em áreas tão sensíveis como a relação entre o sistema público e o privado, a gestão das escolas, a formação de professores, o reordenamento da rede escolar ou a tipologia das escolas.

Eleni Tsara



Ana Alvim

**A gestão democrática ainda é um valor com sentido, que valha a pena afirmar, face aos novos regimes de autonomia e gestão?**

É um valor com sentido, e deve ser afirmado contra soluções tecnocráticas de cariz empresarial, como as que têm vindo a ser defendidas por quem pretende profissionalizar a gestão.

Embora não tenha conseguido manter nas escolas as dinâmicas de auto-governo assumidas e vividas no período pós-revolucionário, a gestão democrática continua a ser uma marca distintiva da Escola portuguesa relativamente a outros países, ao consagrar princípios de democraticidade traduzidos em condições de elegibilidade, colegialidade e participação.

Para a Fenprof, as alterações que é preciso operar ao nível da gestão passam pela revitalização do potencial que a gestão democrática representou, e representa, no caminho para o aprofundamento da democracia e para a melhoria da Escola Pública e da qualidade que ela deve assegurar.

**A Escola Pública de Qualidade é uma possibilidade real ou apenas um slogan?**

Mais do que possibilidade, penso que é condição para a concretização do direito à Educação. A valorização da Escola Pública tem constituído, por isso, um objectivo estratégico fundamental na acção da Fenprof. Um objectivo que ainda está longe de ser conseguido, mas que vale a pena continuar a perseguir, porque, por razões de equidade e justiça social, a Escola Pública é essencial à democracia.

**Os elevados índices de insucesso e abandono são reflexo de que algo vai mal no sistema de ensino. O que é que está por trás desta realidade preocupante?**

Há uma multiplicidade de factores, quer de ordem política e sócio-económica, quer de ordem educativa. Para além de ser um país com enormes desigualdades sociais, que têm vindo a acentuar-se, Portugal tem graves problemas estruturais no sistema educativo e défices profundos ao nível da formação e qualificação, decorrentes de décadas de desinvestimento e de uma grande instabilidade na definição e execução das políticas educativas.

Ana Alvim



**Sectorialmente, quais são os principais constrangimentos e dificuldades no sistema de ensino? E quais são as propostas da Fenprof para os ultrapassar?**

Vamos lá ver... Elas são tantas, que seria difícil aprofundar agora todas as questões sectoriais. Vou sublinhar apenas um ou outro aspecto que considero mais relevante.

Começando pela Educação Pré-Escolar: a sua importância como primeira etapa da educação básica justifica a valorização do seu papel no quadro do sistema educativo e as nossas propostas de generalização da sua frequência para as crianças de 3 e 4 anos e obrigatoriedade para as de 5/6 anos, através da rede pública.

Quanto ao 1º Ciclo, tem vindo a ser vítima de profundas transformações, operadas de forma avulsa e precipitada no plano curricular, da reestruturação da rede e das condições de trabalho – neste caso, decorrentes, essencialmente, da implementação das actividades de enriquecimento curricular. A Fenprof tem vindo a exigir uma avaliação rigorosa da implementação destas medidas, defendendo um reordenamento da rede escolar que tenha em conta as necessidades das populações, a qualidade das respostas educativas e o respeito pelo conteúdo funcional da profissão.

Nos 2º e 3º ciclos, especialmente neste último, importa reflectir sobre o desenho curricular, o número excessivo de disciplinas e a extensão dos programas. Por outro lado, a introdução de exames nacionais no 9º ano veio agravar as taxas de retenção, confirmando as críticas que a Fenprof formulou, considerando-os desajustados no quadro da escolaridade obrigatória. +

Quanto ao Ensino Secundário – que, além da reduzida taxa de frequência em relação aos países europeus, continua a revelar índices preocupantes de insucesso –, é necessário repensar todo o seu funcionamento, no sentido de lhe dar uma identidade própria, melhorar as qualificações profissionais dos alunos e eliminar as suas distorções, equilibrando a procura entre cursos de prosseguimento de estudos e de qualificação profissional e assegurando igual dignidade às diversas vias de ensino. A este respeito, importa também valorizar e consolidar os cursos profissionais.

Uma referência particular para a Educação Especial, área em que este ME tem revelado enorme incompetência. A criação artificial, por “deficiências” dos grupos de recrutamento, a não assunção da formação inicial dos docentes com formação especializada e a drástica diminuição do número de vagas a concurso, provocaram uma situação de anarquia que urge corrigir.

Já agora, no caso do sector Particular e Cooperativo, penso que a Fenprof deve continuar a reivindicar níveis de exigência elevada para o ensino nele ministrado e a intervir no sentido de defender os direitos dos docentes que nele trabalham.

#### **O Ensino Superior é um caso à parte? Os problemas são mais específicos, a tutela é outra...**

Relativamente ao Superior, o ministro não se tem mostrado disponível para negociar com os sindicatos a revisão de uns estatutos de carreira desmotivadores para os anseios profissionais dos docentes. Por outro lado, as fortes restrições orçamentais impostas pelo Governo não só comprometem decisivamente a desejada melhoria da qualidade e relevância social deste sector, como farão aumentar a precariedade de emprego, arrastando muitos docentes para o desemprego – situação tão mais dramática porque esses docentes continuam a não ter direito a subsídio de desemprego, recentemente inviabilizado pela maioria socialista no Parlamento.

Quanto às reformas que têm vindo a ser anunciadas, a Fenprof não nega a sua necessidade, mas considera que deverão acautelar princípios essenciais, nomeadamente o primado do interesse público e a gestão democrática das instituições, entendida como o dever e o direito de participação da comunidade académica nas decisões sobre matérias de organização e direcção da sua actividade.

*[Interrupção para Manuel Mendonça atender uma solicitação urgente de um Conselho Executivo]*

Antes de continuarmos, não queria deixar de chamar a atenção para um problema que, não sendo sectorial, atinge uma tal dimensão que deve continuar no centro das preocupações e intervenção sindicais. É o desemprego e a precariedade, que atingem dezenas de milhares de docentes.

Ao longo dos anos, a Fenprof tem rejeitado a ideia de que o sistema não necessita de mais professores. A consideração de que o país continua a ter constrangimentos estruturais no plano educativo, como o abandono e insucesso escolares, a necessidade de melhorar as qualificações de milhares de trabalhadores, a urgência de apoios eficazes e de qualidade para crianças e jovens com necessidades educativas especiais, a própria dimensão, ainda tão premente, do analfabetismo – tudo isto exige mais docentes, e não o seu despedimento ou a sua utilização como mão-de-obra barata, sem perspectiva de futuro profissional estável.

Neste sentido, continuam a ser actuais e necessárias todas as acções de mobilização e luta dos docentes contratados e desempregados, pelo emprego e pela estabilidade profissional.



Ana Alvim



Ana Alvim

## **Defender a dignificação e a valorização da profissão deve ser uma prioridade estratégica da Fenprof**

entre outras, a Fenprof deve aprofundar caminhos de solidariedade, trabalhar mais e melhor a área da educação para o desenvolvimento, para uma cultura de paz, de luta contra a pobreza e por maior justiça social, pelo que deve enquadrar-se activamente em todos os espaços em que participa.

Mas estes valores não são apanágio apenas das direcções sindicais. São de toda uma classe profissional, que, assumindo-se autónoma, reflexiva, crítica e criativa, alcança a sua verdadeira dimensão ao debatê-los, incorporá-los e, essencialmente, vivendo-os.

### **Como perspectivar a relação da Fenprof com as outras organizações sindicais de professores e com o movimento sindical em geral?**

Penso que este processo de revisão do ECD inaugurou uma fase diferente de relacionamento entre as várias organizações sindicais. De facto, a Plataforma Sindical permitiu a articulação de posições entre as quatro mesas negociais, constituídas pelo ME, e a convergência nas formas de acção e luta. E foi este trabalho conjunto que impediu a assinatura de qualquer acordo, deixando o ME completamente isolado na imposição do seu estatuto.

Sem perder de vista os princípios e a identidade própria da Fenprof e dos seus sindicatos, creio que o balanço positivo desta e de outras convergências – nomeadamente ao nível do Ensino Superior e do Particular – aponta para a continuação da procura de entendimentos que favoreçam a defesa dos interesses dos professores e das escolas. +

**“Dar mesmo prioridade à educação. Prestigiar a escola e a profissão docente” é o lema do 9º Congresso da Fenprof. Quais deverão ser os grandes eixos reivindicativos nos próximos tempos?**

O programa de acção que vai ser debatido desenvolve de forma sistematizada os eixos reivindicativos que o lema enuncia. Pessoalmente, destaco a necessidade de a Fenprof assumir como prioridade estratégica a defesa da dignidade da profissão e a necessidade da sua valorização, como condição indispensável para uma educação pública de qualidade.

Não dispondo dos mesmos meios que o Governo, a Fenprof tem tido alguma dificuldade em desmistificar publicamente o discurso do ME, segundo o qual, no sistema educativo, há dois interesses antagónicos: os dos professores, de um lado, e os das escolas e alunos do outro, cabendo-lhe defender os das escolas e dos alunos.

Neste contexto, um dos grandes desafios que temos pela frente, é tornar claro perante a opinião pública que melhores condições de trabalho para os professores, são melhores condições de aprendizagem para os alunos; que o sucesso educativo dos alunos é condição de realização profissional dos professores; que os docentes estão empenhados no combate ao abandono e insucesso escolares e na construção de uma escola de qualidade para todos. E que é por não se demitirem do seu papel insubstituível na definição e concretização destes objectivos que não aceitam um estatuto de carreira que, a manter-se, afastará os melhores quadros e, a curto prazo, só não levará à falta de docentes qualificados porque, infelizmente, há muito desemprego.

Para mim, esta afirmação da importância dos professores na definição e desenvolvimento das políticas educativas deve ser um dos eixos fundamentais da intervenção da Fenprof.

### **A dimensão cultural deve ser incorporada no caderno reivindicativo da Fenprof? De que forma é que o debate em torno dessa dimensão pode aproximar e emancipar a classe docente?**

Essa dimensão tem que estar presente no caderno reivindicativo. Mas não só. Para além de uma dimensão cultural – de sentido amplo –, que inclua preocupações ambientais, de género, étnicas, artísticas,

Quanto ao movimento sindical, começo por sublinhar a importância de cinco sindicatos da Fenprof serem membros da CGTP, o que revela a compreensão de que o carácter global do ataque contra os trabalhadores exige que as organizações sindicais assumam e reforcem respostas também globais e articuladas. No quadro do trabalho a desenvolver no âmbito da central, quero destacar a proposta, inserida no programa de acção da Fenprof, de constituição de uma comissão específica de educação, com a participação de professores e outros trabalhadores, para que se reforce o trabalho da CGTP nesta área e se alarguem perspectivas na abordagem dos diversos temas.

**Até que ponto a possibilidade de uma mulher ascender à liderança da maior organização nacional de professores poderá influenciar, ou não, a actuação da Fenprof?**

Não me parece que essa questão seja determinante para a acção da Fenprof. Quando muito, pode assumir um carácter simbólico, uma vez que cerca de 70% dos docentes são mulheres.



Eleni Tsara

**Que melhor definição para *ser professor* hoje?**

Ser professor é exercer uma profissão de enorme importância e responsabilidade social num contexto de grande complexidade. É exercer uma actividade de grande exigência e desgaste, numa Escola a que é atribuído um conjunto alargado de missões, quantas vezes contraditórias, e onde se avolumam problemas de indisciplina, e até de violência. É, ainda, empenhar-se quotidianamente na difícil tarefa de educar, orientando percursos de desenvolvimento pessoal num mundo que se quer mais justo e solidário. Porque, apesar de todas as dificuldades, e recordando o lema de uma campanha que a Fenprof em tempos promoveu, *somos professores, damos rosto ao futuro.* ▶

**António Baldaia**

*Apoio do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL)*

## A melhor escolha para a Fenprof



A Manuela Mendonça sabe que muito antes desta situação estar criada lhe disse, por várias vezes, que a considerava uma excelente hipótese para substituir o Paulo Sucena quando deixasse de ser secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof).

O meu apoio à Manuela Mendonça é um apoio pela positiva. No Secretariado Nacional (SN) e nos vários espaços em que a ouvi, ela impressiona pelo rigor sustentado das suas opiniões, longe de demagogias inúteis, em tudo avessa a simplismos redutores. Mesmo quando se trata de defender a manutenção de posições já assumidas pela Fenprof, há nela, quase sempre, um novo argumento, uma nova maneira de colocar os problemas.

Faço parte do grupo da Fenprof sobre a questão da representatividade, que ela coordena, alertando sempre os camaradas do SN para a importância estratégica de uma questão que boa parte do SN desvalorizava. A preocupação de recolher informações que nos permitam confrontar diferentes modelos e o rigor que põe em todos os textos que nos distribui, são um excelente exemplo de como se deve trabalhar. À Manuela Mendonça se devem os nossos melhores estudos, os melhores textos, as posições mais lúcidas sobre a defesa da gestão democrática.

Tenho a firme convicção de que a Manuela Mendonça como secretária-geral significará a melhor escolha para uma Fenprof que tem de construir soluções para um futuro que se avizinha muito complexo e ameaçador. Uma Fenprof que, não alienando a sua história, os seus princípios e as suas dinâmicas, seja capaz de encontrar as novas respostas que os novos desafios exigem. ▶

**António Avelãs,**  
*presidente do SPGL*